

3- Por uma outra perspectiva da criatividade

“(...) O autor analítico pode ter escolhido determinada personalidade notável nas artes, detendo-se em observações secundárias e terciárias, e ignorando tudo que se poderia chamar de primário. É possível escolher Leonardo da Vinci e tecer comentários muito importantes e interessantes sobre o relacionamento entre sua obra e certos fatos que lhe aconteceram na infância. Muita coisa pode ser obtida vinculando os temas de sua obra e suas inclinações homossexuais. Mas essas e outras circunstâncias no estudo da obra e da vida dos grandes homens contornam o tema que se acha no centro da idéia de criatividade. Inevitavelmente, esses estudos tendem a irritar os artistas e as pessoas criativas em geral, e isso se prende ao fato de que, parecendo estar chegando a algo e aparentemente capazes de explicar por que aquele homem foi grande e aquela mulher conseguiu tanto, sempre desviam a indagação para o lado errado. O tema principal, o do próprio impulso criativo, continua sendo contornado. A criação se ergue entre o observador e a criatividade do artista” (Winnicott, 1975: 100).

A maioria dos comentadores winnicottianos sustenta que a teoria de Donald Woods Winnicott tem uma reputação de ser de difícil compreensão, devido ao grau de complexidade que ela apresenta. Contudo, podemos ver que suas afirmações são surpreendentemente simples. Muitos manuais psiquiátricos afirmam que sua teoria é “uma evocação poética do desenvolvimento do bebê e da experiência maternal, numa linguagem individual difícil de se assemelhar às outras teorias” (Davis & Wallbridge, 1992: 9). Essa citação serve de introdução à obra do autor, pois, nela apreendemos a inovação, a originalidade, que tal teoria propõe, distinguindo-se radicalmente das outras.

Entendemos que Winnicott retrocede ao período pré-natal do desenvolvimento emocional primitivo, produzindo uma teoria cujas verdades intuitivas e poéticas são o centro de sua criação. Seu vocabulário torna-se repleto de palavras, construtos e paradoxos, fora dos moldes que tendem a assumir valor estritamente técnico e rigidamente estruturado. Esse vocabulário se mostra uma importante ferramenta de seu trabalho investigativo sobre o psiquismo humano. Em concordância com Davis (1992), por exemplo, o termo “mãe devotada comum” mantém um colorido da própria experiência, que não deve ser excluído pelo leitor.

Segundo Ferreira (2003), rememorando Pontalis, este último assevera que “corremos inclusive um certo risco de empobrecer sua obra [obra

winnicottiana]³² na tentativa de buscar uma rígida coerência em seus conceitos” (Ferreira, 2003: 62). Percebemos, pois, uma recusa pela compreensão puramente intelectual e procuramos exemplificá-la na seguinte citação sobre a importância da manutenção do paradoxo:

Minha contribuição é solicitar que o paradoxo seja aceito, tolerado e respeitado, e não que seja resolvido. Pela fuga para o funcionamento em nível puramente intelectual, é possível solucioná-lo, mas o preço disso é a perda do valor do próprio paradoxo (Winnicott, 1975: 10)

Ao descrever o estilo dessa obra, podemos aferi-lo como sendo marcadamente influenciado pela tradição anglo-saxônica, caracterizada “tanto por um viés pragmático³³ quanto por um gosto pelo paradoxal e pelo *nonsense*” (Ferreira, 2003: 62). Assim sendo, em nossa compreensão, esse fértil panorama mostra-se importante para todo construto teórico-clínico winnicottiano.

Davis (1992) com o intuito de motivar a proximidade do leitor à obra do referido autor, remete-se a uma citação: “escrever sobre a natureza humana é uma necessidade constante de retornar à linguagem simples e de descartar o jargão das psicologias³⁴” (Winnicott in. Davis & Wallbridge, 1992: 10); acrescentando que apreender a natureza humana, segundo ela, pode ser considerado impossível, caso não haja intervenção da própria experiência de vida de seu leitor (auditório, estudante ou paciente).

Contudo, antes de conduzirmos nosso estudo à obra do referido autor, sentimos necessidade de retroceder ao seu histórico familiar e acadêmico acreditando que, dessa forma, nossa compreensão à mesma possa ser facilitada.

3.1 Um Breve Histórico

Donald Woods Winnicott (1896-1971) nasceu em Plymouth, província inglesa em Devon; filho caçula, o único do sexo masculino dos três filhos de seus pais, foi criado numa família metodista e intelectual. Imerso num ambiente familiar de *holding* – estabilidade e segurança – e bastante movimentado,

³² Colchetes cuja finalidade é evitar possível erro de ambigüidade autoral.

³³ Nota destinada a atender uma rápida descrição sobre o pragmatismo; estudo que recai sobre a experiência vivida e sobre os efeitos da mesma; Os pragmáticos são anti-essencialistas e seus pioneiros americanos são: Charles Pierce, William James e John Dewey. O pragmatismo dialoga com os empiristas clássicos, tais como: Locke, Hume, Berkeley.

³⁴ Sua crítica ao jargão psicológico, remete-se, sobretudo, às psicologias aplicadas, como por exemplo: psicologia infantil, psicoterapia etc.

propiciou sua capacidade exploratória, que vigorara em sua própria casa. De acordo com Claire Winnicott (1989), psicanalista, segunda esposa e biógrafa do referido autor, “é indiscutível que, desde seus primeiros anos, Donald Winnicott não teve dúvida de que era amado e experimentou, no lar dos Winnicott, uma segurança que podia tomar como evidente” (Winnicott, C., 1989: 4). Ele cresceu no favorável ambiente familiar, cuja família era detentora de um senso humorístico requintado, de postura liberal e observável talento artístico, em especial, para a música.

Donald recusou-se a manter os negócios familiares e decidiu ingressar seus estudos na medicina. Seu pai, Frederick, fora abastado comerciante e homem engajado politicamente – por duas vezes, eleito prefeito de Plymouth; fora, também, intitulado cavaleiro em reconhecimento de seu trabalho cívico -; com o constante ofício paterno, Donald foi cuidado, na maior parte do tempo, pelas figuras femininas da casa: mãe, irmãs (mais velhas cinco e seis anos) e a babá.

Com a eclosão da Primeira Grande Guerra, o autor que há pouco tempo havia iniciado seus estudos na carreira médica, mais especificamente, em seu primeiro ano de estudos, prontificou-se a cuidar dos vitimados de guerra e concomitantemente a isso, manteve-se engajado com seus pacientes psiquiátricos. “(...) E devo dizer que eu mal percebia os bombardeios, ocupado que estava com a análise de pacientes psicóticos, notória e enlouquecedoramente desatentos a bombas, terremotos e inundações.” (Winnicott, 1945: 218).

Após o término da Primeira Guerra Mundial, ele continuou seus estudos em Londres, onde permaneceu mesmo depois da sua formação médica, devido ao seu interesse, já observável, pela psicanálise.

Como médico, especializou-se em pediatria e, gradualmente, deslocou-se da pediatria tradicional para a psiquiatria infantil, tendo por muito tempo exercido trabalho nessa área. “Sou um pediatra que migrou para a psiquiatria, e um psiquiatra que não se desvinculou da pediatria” (Winnicott, 1948: 233). Instigado pelo estudo da psicanálise, especializou-se em psicanálise de adultos e muito posteriormente, conseguiu qualificação em psicanálise infantil. “A psicanálise, ele disse depois, poderia ser considerada uma ampliação da

anamnese. A certa altura, decidiu também parar de receitar medicamentos” (Winnicott, 2005: XXI).

Em seus estudos psicanalíticos, num primeiro momento, esteve atrelado ao grupo Kleiniano e, mais adiante foi considerado participante do, assim chamado, “Grupo dos Independentes” ou “Middle Group” para fins de formação, embora odiasse ser rotulado. Os membros compostos pelo “Middle Group” eram a maciça maioria da Sociedade Britânica e o que tinham em comum era exatamente o não engajamento nas escolas nem kleiniana, nem Anna Freudiana, cuja rivalidade acirrou após a morte de Freud.

Nesse contexto, podemos perceber que Winnicott constrói suas formulações teóricas baseado, sobretudo, em observações clínicas que permitem construir um paradigma, ou seja, "uma estruturação teórica que organiza a resolução de problemas" (Loparic, in. Klautau, 2002: 33); instaurando na relação mãe-bebê o cerne da constituição psíquica. Imerso nesse ‘paradigma’, o tema da criatividade, portanto, nos convida a estudar, retroativamente, certos aspectos primordiais da vida psíquica humana.

3.2 O “berço” da criatividade: distinção entre ilusão, fantasia e criatividade primária

A criatividade primária, como construto teórico winnicottiano, é formulada, pela primeira vez, em 1953. Mais precisamente, na resenha de Winnicott, feita em conjunto com Masud Khan, sobre a obra de Fairbairn³⁵. Na referida resenha, Donald contesta a perspectiva, originalmente freudiana, que pressupõe o conflito pulsional³⁶ desde o início da vida, fato este que não confere espaço clínico para a concepção da criatividade primária. A maioria dos autores psicanalíticos crê no pressuposto conflitivo nos primórdios da vida; dentre esses

³⁵ Fairbairn também é pertencente ao “Middle Group”, justificado por suas formulações que aproximam-no dos teóricos da indiferenciação no início da vida psíquica e também está inserido entre os teóricos das relações objetais; ainda que não perdendo a semelhança com a teoria kleiniana. Sobre a proximidade com a obra de Klein, podemos exemplificar sua concordância com a mesma, no que diz respeito à experiência da psique humana: “uma série infinita de introjeções e projeções formam a experiência psíquica do bebê” (Fairbairn, in. Winnicott, 1953: 321).

³⁶ Vale notar que Winnicott, embora faça referências às pulsões, em sua obra, não é possível depreender sua exata opinião sobre o tema. Todavia, podemos aferir que Winnicott critica severamente a proposta inata da pulsão de morte, presente na teoria kleiniana, dentre outras teorias.

autores, devemos destacar as postulações de Klein e Fairbairn, devido ao grau de proximidade que mantêm com a obra de Donald.

Citando um trecho da formulação de Fairbairn: “a posição básica da psique é invariavelmente uma posição esquizóide” (Fairbairn, in. Winnicott, 1953: 316), compreendemos que nessa posição há uma aposta na cisão do ego, como posição básica. A universalização desta formulação teórica pode ser exemplificada pela definição que o autor faz do sonho como sendo, “(...)essencialmente, não realizações de desejos, mas dramatizações ou *shorts* (no sentido cinematográfico) de situações que existem na realidade interna” (Ibid.: 317). Nesta perspectiva, um estado pré-ambivalente, não-cindido, não consegue ser sustentado por sua teoria, produzindo, assim, contradições assinaladas por Winnicott, como, por exemplo, incitá-la “(Uma casa) é um objeto que é buscado, mesmo que, para ser encontrada, tenha primeiramente de ser feita” (Ibid.: 321) sem propor uma forma possível de criação do primeiro objeto (teórico) pelo bebê. Entretanto, o apreço de Winnicott à obra de Fairbairn é mantido, sobretudo, pelo reconhecimento, deste último, como um estudioso clínico.

Para Fairbairn, a experiência psíquica poderia ser descrita como um feixe infinito de projeções e introjeções do bebê, equiparando-a, assim, ao psiquismo proposto por Klein. Essa concepção não admite, portanto, nenhuma honra à idéia de criatividade primária. Por outras palavras, nesse ponto, onde os autores concebem a psique humana como sendo primordialmente conflitiva, é que Winnicott discorda e propõe a noção de ‘criatividade primária’ como um processo psíquico que não está atrelado ao conflito pulsional.

Nessa nova perspectiva, proposta em 1953, a ‘criatividade (psíquica) primária’ é uma ‘propriedade humana’: um impulso inato do bebê em direção à saúde, destituído de quaisquer conflitos pulsionais. Phillips (1988) afirma que Winnicott caracteriza a saúde em termos de espontaneidade e intuição. A partir daí, o tema da criatividade, calcado na proposição universal do ‘viver criativo’, vai sendo construído e, ao longo da obra winnicottiana, adquire profunda importância, principalmente nos seus últimos trabalhos datados na década de setenta.

Em concordância com diversos comentadores, podemos supor que o esboço da noção de criatividade primária existe desde 1945 ao desenvolver seu estudo sobre a importância da ilusão.

Em nosso entender a área de ilusão seria como uma espécie de área intermediária da experiência, onde mantém, em seu âmago, o paradoxo da realidade interna e externa inter-relacionadas; Ou seja, a distinção exata entre realidade externa e interna é insuficiente para explicar os processos psíquicos da primeira infância, no entender winnicottiano. Nesse sentido, percebemos o aspecto crítico de Winnicott ao referir-se à proposta freudiana da transição do princípio de prazer para o princípio de realidade.

Também, em nosso entender, Winnicott percebe a formulação freudiana sobre o princípio de prazer como sendo insuficiente, pois esta não explicaria os processos psíquicos da primeira infância, além de sublinhar que a transição do princípio de prazer para o de realidade seria potencialmente dolorosa. “O princípio da realidade é o feito da existência do mundo, pouco importa se o bebê crê ou não (...) é o inimigo por excelência da espontaneidade, da criatividade e do sentimento do real” (Winnicott, in.Davis & Wallbriedge 1992: 59).

A ilusão, segundo Winnicott (1975), é fundamental na descrição de um espaço entre a “inabilidade de um bebê e sua crescente habilidade em reconhecer e aceitar a realidade” (Winnicott, 1975: 15) que o cerca. Nessa área encontra-se, cria-se o primeiro objeto das relações objetais, a saber: objeto transicional. A atenção de Winnicott recai para o objeto transicional, primeira possessão não-eu, objeto este pertencente ao universo tanto objetivo como subjetivo, independente de sua especificidade.

O objeto transicional será desenvolvido com acuidade, posteriormente, neste nosso trabalho; mas, podemos adiantar, a partir de nossas leituras, que ele talvez seja o maior construto teórico de Winnicott para a psicanálise, transformando o próprio conceito de transferência. Sob esse título, podemos entender que a qualidade do encontro analítico dá-se pela capacidade habilidosa da dupla (analista e paciente) que se dedica ao brincar; este último torna-se mais importante que as argutas interpretações do analista. Phillips (1988) em concordância com Winnicott ressalta que o movimento mais significativo do paciente em análise é aquele em que ele surpreende a si mesmo.

“Espera-se que a psicanálise seja capaz de utilizar a teoria dos fenômenos transicionais, a fim de descrever o modo como uma provisão ambiental suficientemente boa, nos estádios mais primitivos, torna-se possível ao indivíduo enfrentar o imenso choque da perda da onipotência” (Winnicott, 1975: 102).

Marion Milner (1991), sobre o propósito da experiência analítica, acrescenta que o espaço analítico seria o facilitador do desenvolvimento pleno da ‘ilusão criativa’ denominada pelos psicanalistas como transferência.

Sustentam os comentadores que Donald privilegia os objetos e os espaços externos, pois seu interesse maior remete-se à área da ilusão ou denominada também como área da experiência.

Ao propor um estudo sobre a ilusão, compreendemos que o autor procura apreender sua substância, considerando-a como parte indispensável nos processos artísticos e religiosos, contemplados e produzidos na fase adulta; ela deve ser contínua e é fundamental para a constituição psíquica saudável. Até o momento em que o bebê esteja suficientemente maduro para que a desilusão possa acontecer e de forma gradativa; A desilusão, portanto, é tão fundamental quanto a ilusão; todavia, deve estar de acordo com o processo de maturação do bebê.

Poderíamos dizer, então, a partir do conceito de ilusão postulado por Winnicott, que a loucura seria uma exigência de credulidade absoluta sobre uma experiência ilusória não compartilhada pelo grupamento humano; em outros termos, nesse campo ilusório não compartilhado pelo grupo é que reside a loucura. Em contrapartida, é na área ilusória compartilhada que se instaura o alicerce das relações sociais: os “agrupamentos humanos”. Portanto, a nosso ver, a área da ilusão é fundamental não apenas na criatividade primária, mas também ao longo de toda a vida do indivíduo, no brincar³⁷, em suas relações interpessoais e culturais.

“Sabemos que o mundo estava lá antes do bebê, mas o bebê não sabe disso, e no início tem a ilusão de que o que ele encontra foi por ele criado. Esse estado de coisas, no entanto, só ocorre quando a mãe³⁸ age de maneira suficientemente boa. O problema da criatividade primária foi discutido como pertencendo à mais terna

³⁷ O brincar está no espaço intermediário entre a ilusão onipotente e o mundo real, objetivamente percebido. Seria errôneo incluí-lo dentro das ilusões, contudo, podemos viabilizar tal consideração pela alusão à idéia de ‘ilusão compartilhada’.

³⁸ O uso do termo mãe na obra winnicottiana, não significa restringí-lo à figura materna, mas ao aspecto materno que pode existir na figura da mãe, do pai ou de outro cuidador.

infância; mas para sermos precisos, trata-se de um problema que jamais deixa de ter sentido enquanto o indivíduo estiver vivo” (Winnicott, 1990: 131).

Para que a ilusão ocorra, é necessário que o bebê se mova ativamente para a obtenção de sua satisfação, caso contrário, ela pode tornar-se um complicador no que diz respeito à obtenção da satisfação. Sobre isso Winnicott escreve: “(...) se a criatividade do bebê está ausente, os detalhes apresentados pela mãe não terão sentido” (Winnicott, 1990: 131).

Em nosso exame, o berço da ilusão se presentifica na primeira mamada teórica³⁹, quando podemos pressupor a criatividade potencial, imanente. Miticamente, podemos crer que imediatamente após a primeira, numa segunda e consecutiva mamadas, o bebê já apresenta sua contribuição pessoal, original; seu potencial criativo encontra-se ligado às projeções de “detalhes introjetados⁴⁰” em seus consecutivos esforços pela satisfação pulsional. “(...) Devemos reconhecer a criatividade potencial não tanto pela originalidade de sua produção, mas pela sensação individual de realidade da experiência e do objeto” (Winnicott, 1990: 130).

O fenômeno de alucinação (do seio⁴¹) ocorre aos poucos, quando o bebê já é capaz de prevê-lo, no momento em que a mãe está prestes a oferecê-lo. Para que haja a alucinação, inúmeras impressões sensoriais que compõem a memória⁴² (do encontro com o objeto ‘seio’ e a ato de amamentação) devem ter ocorrido.

Ao longo do tempo, surge um estado em que o lactante sente-se seguro, confiante de que seu objeto de desejo (o seio) pode ser encontrado, podendo assim tolerar a ausência do mesmo. Nesse percurso, em que é iniciada a concepção de realidade externa para o bebê, lugar onde os objetos aparecem e desaparecem de forma mágica é nesse momento também que o lactante tem a ilusão de “possuir uma força criativa mágica, e a onipotência existe como fato, através da sensível adaptação da mãe” (Ibid.: 126). O termo de ‘ilusão criativa’,

³⁹ A primeira mamada teórica representa a “soma das experiências iniciais de muitas mamadas” (Winnicott, 1990 :126).

⁴⁰ Winnicott ao se reportar a esse termo dentre tantos outros, confirma a indubitável influência que a teoria kleiniana exerce sobre sua obra.

⁴¹ Vale notar que o seio materno ganha dimensão na respectiva obra, pois ele representa não só o seio em si, mas a técnica da maternagem como um todo.

⁴² Embora não seja o tema da presente dissertação, devemos apontar o rico trabalho sobre simbolismo que Milner (1952) produz. Ela procura investigar as condições em que os objetos primário e secundário são fundidos e sentidos como sendo o mesmo e único.

usado por Milner, retrata de forma nítida essa força criativa mágica presentificada pela onipotência.

Em concordância com Izhaki (2005) a ausência/presença são dualismos que estão presentes na transicionalidade, mas que exercem particular importância nos objetos subjetivos e, de forma mais extensa, na subjetividade.

No momento da amamentação, o lactante “conclui que o mamilo e o leite são os resultados de um gesto produzido pela necessidade ou são conseqüências de uma idéia que veio montada na crista de uma onda de tensão pulsional” (Winnicott, 1990: 130).

Portanto, podemos entender que o bebê não percebe o ambiente à sua volta, que se destina a satisfazê-lo. Em sua concepção, ele é quem produz o objeto que satisfaz sua pulsão, a partir de seu gesto espontâneo. Por outras palavras, sob o ponto de vista do bebê, é ele quem cria e fabrica o seio que o satisfaz. Portanto, o bebê, quando imerso num ambiente suficientemente bom, não percebe a existência do mesmo, mas o vivencia criativamente. Não percebe a mãe enquanto não-eu, não tendo, pois, necessidade de se defender contra nada ou ninguém.

O bebê é iludido através da alimentação; a tensão pulsional desaparece, tornando-o satisfeito e iludido. É fácil supor que a alimentação é seguida da satisfação e do sono. Com frequência uma ansiedade se segue a esta ilusão, especialmente se a satisfação física rouba rapidamente do bebê um certo deleite. Ao bebê resta apenas: a agressão que não pôde ser descarregada – já que o processo de alimentação não fez o uso adequado do erotismo muscular e dos impulsos primitivos (ou motilidade); ou um sentimento de haver “fracassado” – pois uma fonte de obtenção de prazer na vida desapareceu subitamente, sendo que o bebê não sabe se ela irá retornar. Tudo isso surge claramente na experiência clínica analítica, o que não é contraditório pela observação direta de bebês (Winnicott, 1954: 268).

O deleite propiciado pela ilusão fornecida na alimentação sugere uma qualidade experiencial criativa do bebê; ou seja, a indiferenciação bebê-seio, presente no fragmento acima pelo deleite, capacita o lactante a vivenciar a criatividade primária. Vale notar que o deleite somente é possível se considerarmos dois aspectos: a iniciativa do bebê que busca satisfazer-se e a devoção da mãe buscando supri-lo de suas necessidades⁴³. Contudo, é somente através da satisfação pulsional que a separação entre bebê e objeto pode vir a

⁴³ Entende-se como necessidade tanto as necessidades biológicas como também as necessidades psíquicas, ou melhor, Winnicott não nos aconselharia a separá-las.

estabelecer-se, capacitando o bebê a perceber o objeto como algo que é fora de si mesmo, ou seja, de forma objetiva.

A nosso ver haveria, pois uma importante distinção entre ilusão e criatividade primária. A ilusão estaria associada à experiência de controle mágico do bebê, à ilusão de onipotência. Em outros termos, o lactente tem a ilusão de que ele cria o seio, tem a sensação de controle mágico sobre o objeto. A primária criatividade seria uma “sobreposição entre o que a mãe supre e o que a criança poderia conceber” (Winnicott, 1975: 27). Para entendermos a sobreposição, devemos retroceder a um espaço mítico em que se encontra a capacidade⁴⁴ intuitiva de todo bebê humano que busca, no ambiente, algo que possa satisfazê-lo, devido às suas crescentes necessidades pulsionais. O autor analisado compreende que, nesse momento inicial, o bebê ainda não sabe o que deva ser criado.

Denominamos esse movimento pulsional como sendo um movimento *criativo* pois, em seu imo está presente a concepção ilusória de que há uma realidade externa correspondente à capacidade criativa do bebê, ou seja, cria-se a sensação de que existe algo que pode suprir sua ânsia interna, construindo subsídios para que ele, o bebê, possa movimentar-se espontaneamente no espaço.

É nesse espaço intermediário, ilusório, que residem todas as fantasias; dentre elas, podemos ver sublinhado, na longa citação sobre o deleite, a agressividade - assunto cuidadosamente reformulado pelo autor; pela proximidade com o tema da criatividade e pela íntima relação com a ilusão, o estudo das fantasias agressivas é justificado e, por conseguinte, o das próprias fantasias.

Abram (1996) afirma que a formulação do tema da agressividade winnicottiana é datada sob o marco da eclosão da Segunda Grande Guerra, supondo, assim, a influência do horrorizante contexto histórico, sob sua mobilização intelectual, apesar de não identificar nenhuma referência histórica sobre essa estreita relação. A fim de corroborar tal suposição, citamos uma reflexão winnicottiana que, embora posterior à Guerra, marca sua visível

⁴⁴ Em concordância com Phillips (1988) ao adotar o termo capacidade, Winnicott se distancia da idéia de posições kleinianas, “obscurecidas entre atividade e passividade” (Phillips, 1988: 58). A capacidade permite respeitar e favorecer diferenças individuais.

preocupação política e social com o mundo: “(...) se a sociedade encontra-se em perigo, não é por causa da agressividade do homem, mas em consequência da repressão da agressividade pessoal dos indivíduos” (Winnicott, 1950-55: 287).

Em nossa compreensão, as raízes de Winnicott para seu estudo sobre a agressividade encontram-se em certos aspectos das teorias kleiniana e freudiana. Da primeira, observamos que o autor se apropria, especialmente, do sentimento de culpa, excluindo diversos outros sentimentos propostos por Klein, por entender neles, um alto grau de complexidade pouco provável, no início da vida psíquica. De Freud, ele considera as formulações básicas sobre a ambivalência afetiva como aspecto de maturidade. A principal crítica que Donald aponta, no estudo da agressividade em Freud e Klein, se dirige ao desvio para a hereditariedade – expresso na obra de ambos – que faz com que haja um distanciamento do fator crucial da agressividade: a dependência fundamental do indivíduo em relação ao ambiente. Assim sendo, ao investigar a história de um bebê, faz-se necessário inscrevê-lo em termos de provisão ambiental.

Entendemos que o enfoque dado por ele à agressividade é fundamentalmente marcado pela fantasia de destrutividade, que contém, em seu construto, sobretudo, a agressividade primária - em decorrência da inibição do desejo verdadeiro de destruir. Segundo Phillips (1988), é a destrutividade que cria a possibilidade de externalidade da experiência.

Ao aproximar a agressividade primária – aquela que advém ainda na vida intra-uterina – à idéia de atividade, o autor nos leva a crer que a agressividade seria um movimento pulsional e que, no decorrer do processo de integração – formação do ser total - se transformaria em agressividade. A saúde é encarada, assim, em termos de fusão entre impulsos destrutivos e eróticos.

A partir de nossas leituras, no estágio inicial do pré-concernimento, o ego é impiedoso. Dessa forma, a criança não considera que o que ela destrói nos períodos excitados é aquilo que ela valoriza nos momentos calmos e tranquilos; seu amor excitado inclui ataques imaginários ao corpo materno. Nessa etapa, a agressividade é parte integrante do amor.

Na etapa seguinte, no concernimento, já existe uma integração egóica e os sentimentos piedosos tornam-se preeminentes: a culpa - referente ao dano que cometeu imaginativamente à pessoa amada -, o sofrimento, e o vômito como equivalente físico, são marcadamente inerentes a essa etapa. Com a

continuidade dos cuidados maternos, a criança sente anseios por reparação, doação e criação.

As frustrações constituem, basicamente, os fundamentos da raiva, que, por sua vez, pode dirigir-se defensivamente, provocando uma cisão entre objetos bons e maus a fim de atenuar a culpa. Contudo, parte importante do amor se perde nesse processo, desviando-se para uma agressão mais intensa. Essa agressão, por sua vez, ainda pode dirigir-se para uma introversão patológica.

Nas raízes primitivas da agressividade encontramos um impulso do amor primitivo, pois o id não consegue satisfazer-se plenamente: “trata-se de uma era em que, se a destruição é parte do objetivo do id, sua presença ali é marcadamente acidental à satisfação” (Winnicott, 1950-55: 296). Podemos detectar, nessa etapa, a presença de raiva e medo. O ódio, por exemplo, já necessita de uma complexidade que, a nosso ver, não pode existir nesse período. É preciso, dessa forma, que o bebê oriente o máximo de motilidade primitiva para suas experiências do id e o ambiente, nesse contexto, é constantemente descoberto e redescoberto, guiado pela motilidade.

Na saúde, percebemos uma série de reações do indivíduo às intrusões do ambiente: “o somatório das experiências motoras contribui para a capacidade do indivíduo de começar a existir e, através da identificação⁴⁵ primária, rejeitar a casca e tornar-se o núcleo” (Winnicott, 1950-55: 300). Numa última etapa estão as “pessoas totais” com seus conflitos conscientes e inconscientes, relações triangulares etc.

Há, pois, certa fusão entre erotismo e agressividade em todas as partes da personalidade. Todavia, em seus extremos, encontramos ora um eu totalmente erotizado, com perda da sensação de realidade, ora um eu entregue impiedosamente à agressividade, não necessariamente destinada à destruição. Nesse último caso, existe a sensação de realidade e de se estar relacionando com o mundo externo, mas falta-lhe estirpe para a expressão da espontaneidade do ego.

Percebemos, contudo, certa confusão no emprego do termo agressividade para designar espontaneidade, segundo Winnicott (1950-55):

⁴⁵ O tema da identificação será abordado no próximo subitem.

o gesto impulsivo volta-se para fora e torna-se agressivo quando encontra oposição (...) estou sugerindo que é esta impulsividade e a agressividade que dela deriva que levam o bebê a necessitar de um objeto externo, e não apenas de um objeto que o satisfaça” (Winnicott, 1950-55: 304).

Uma vez, debruçados sobre a agressividade, devemos fazer certas considerações sobre as fantasias de uma forma geral, pois nelas reside o cerne da criatividade. Winnicott, influenciado pela teoria kleiniana sobre a importância da fantasia na organização interna do paciente, é motivado a estudar o desenvolvimento emocional primitivo, intitulando com o mesmo nome um de seus principais artigos sobre o tema, datado de 1945.

Entendemos que no “início teórico da constituição psíquica é possível postular a não-integração primária, estado inicial de todo desenvolvimento humano.

Segundo Phillips (1988), a não-integração é um recurso natural humano, o que significa dizer que é possível confiar o self, ainda parcial, aos cuidados do ambiente, criando um sentimento de proteção e segurança. A desintegração é aterrorizante, significa que o ambiente foi falho nos cuidados iniciais do ser.

O estado da não-integração teria em seu âmago uma área amorfa, onde, a nosso ver, é experienciado o cerne do viver real. “É apenas aqui, nesse estado não integrado da personalidade, que o criativo, tal como o descrevemos, pode emergir” (Winnicott, 1975: 93). Nessa etapa onde a personalidade não é integrada, encontraríamos a amorfia, assim como um material em seu estado bruto: antes de ser moldado, cortado, ajeitado, agrupado. Este estado é o estado de aceitação do caos: estado não-intencional, sem significação, desconexo, estado da não - organização. O absurdo organizado já é uma defesa do caos, é a negação do caos. O fenômeno da não-integração aparece psiquiatricamente como desintegração, falha ou fracasso da integração.

Na integração, subseqüentemente, o indivíduo encontra-se dentro do próprio corpo, sentindo que o mundo é real; “(...) é a experiência pulsional e a repetida e silenciosa experiência de estar sendo cuidado fisicamente que constroem, gradualmente, o que poderíamos chamar de personalização satisfatória” (Winnicott, 1945: 225). O oposto traria medo ou negação da loucura, medo ou negação da capacidade inata do indivíduo de se encontrar num estado não-integrado, despersonalizado e sentindo que o mundo não é real. A insônia pode vir a produzir tal efeito.

O desenvolvimento do estado de integração desemboca na expressão do ‘eu sou’, ‘eu estou vivo’, ‘eu sou eu mesmo’: a isso, o autor denomina de ser criativo, ou melhor, de “viver criativo”. “O bebê é algo que não existe (separado dos cuidados maternos)” (Winnicott, 1960: 39). Com finalidade esclarecedora, podemos afirmar que o que está na base dessa citação é a experiência de fusão mãe-bebê, nesse momento ainda não existe experiência de objeto do ponto de vista do lactante, por isso, é possível dizer que não há a concepção de bebê, na ausência dos cuidados maternos. Assim sendo, devemos prosseguir nosso estudo, dando ênfase a esses aspectos precoces que fundamentam a noção de criatividade em Winnicott.

3.3 Preocupação materna primária e experiência de mutualidade: construindo a continuidade do ser

A fase de preocupação materna primária antecede o nascimento do bebê e se mantém algumas semanas após o nascimento do mesmo, capacitando a mãe na compreensão e satisfação das necessidades do recém-nascido, ao ponto de excluir quaisquer interesses outros que não estejam relacionados ao bebê; ela é “biologicamente condicionada para a sua tarefa de lidar de modo todo especial com as necessidades do bebê” (Winnicott, 1956:400), entrando numa espécie de sensibilidade exacerbada. Entendemos que a mulher, atual ou futura “mãe devotada comum”, entraria numa espécie de “enfermidade”, caso não houvesse gravidez, momento em que ela e seu bebê se confundiriam. A mãe é o bebê e o bebê é ela. Nesse estado indiferenciado, de fusão psicológica, não existem ainda as relações objetais, elas somente passam a existir com um mínimo de separação da dupla – introduzida pelo “elemento puro masculino”. Dessa maneira, para que o processo maturacional do bebê possa ocorrer satisfatoriamente, a mãe necessita ter saúde, tanto para entrar nesse estado, quanto para sair dele na medida em que o bebê começa a dispor de recursos próprios.

A fim de corroborar tal idéia, buscamos uma passagem winnicottiana, numa carta remetida a Bion em 1955. Ele afirma que uma mãe suficientemente boa é aquela que se mantém “devidamente orientada para o seu bebê” (Winnicott, 2005: 114); ela saberia daquilo que seu bebê necessita a partir dos movimentos dele. Portanto, continuando a citar um trecho da mesma

correspondência: “(...) haveria uma comunicação ocasionada por esse conhecimento, que é próprio da devoção da mãe, e ela faria algo que iria mostrar que a comunicação havia ocorrido” (Ibid.). Essa comunicação inconsciente, lugar anterior à aquisição da linguagem, “onde a verbalização perde todo e qualquer significado” (Winnicott, 1999: 81) é mediada pela mutualidade. Em outros termos, podemos perceber a ocorrência de uma identificação nos âmbitos consciente e inconsciente da mãe com o seu bebê.

Lins e Luz (1998) afirmam que há uma distinção entre os processos psíquicos, no espaço da indiferenciação e no espaço intermediário da experiência. No primeiro, as relações de objeto somente começam a surgir após o paradoxo do objeto subjetivo; nesse espaço da indiferenciação onde a unidade psíquica começa a se formar, o self não é muito mais do que “a soma pluriforme da vida sensório-motora, cabendo ao objeto a função de integração da sensorialidade com a motricidade” (Lins & Luz, 1998: 17). A mãe, nesse espaço, oferece ou não ao bebê a possibilidade dele ser o seio; é através da relação com os objetos subjetivos, que a ‘experiência de ser’, ou aquilo denominado por Winnicott de “elemento puro feminino”, pode se estabelecer. Entendemos que, nesse ponto, encontram-se os primórdios da unificação, da integração do self e, em sua continuidade, podemos averiguar o advento da organização ou estruturação egóica.

Nessa área intermediária da transicionalidade, ela apresenta o mundo de tal forma que ele não precisa se dar conta de que “o objeto preexiste à sua criação” (Ibid.: 17).

A complexidade desta relação é tamanha que o autor adota o termo mutualidade a esse estado de indiferenciação psíquica, estado cuja afinidade egóica é demonstrada pela dupla e em que a mãe exerce função apenas de suporte egóico para seu bebê.

Nessa comunicação entre mãe-bebê haveria, pois, uma dicotomia essencial: a mãe tem capacidade de, retroativamente, experienciar vivências infantis, enquanto que, para o bebê, obviamente essa possibilidade é inadmissível. O efeito dessa comunicação não-verbal, silenciosa, produz no bebê o registro de confiabilidade no meio e, sobre o enfoque materno, averigua-se aquilo que ele chama de amor, nessa etapa do desenvolvimento. Ou seja:

“amor incondicional” da mãe por seu bebê. Com intuito representativo dessa dimensão experiencial, citamos uma passagem de sua obra:

O bebê não ouve ou registra a comunicação, mas apenas os efeitos da confiabilidade; é algo que se registra no decorrer do desenvolvimento. O bebê não tem conhecimento da comunicação, a não ser a partir dos efeitos da *falta* de confiabilidade” (Winnicott, 1999: 87).

Essa dimensão primitiva da psique humana sob a perspectiva do recém-nascido é admiravelmente hipotetizada e desenvolvida por Winnicott. Assim sendo, a união que ele descreve, sofisticadamente, como experiência de mutualidade entre mãe-bebê, existe, mas, não é percebida enquanto tal.

Por não haver separação nesse momento inicial da experiência psíquica do bebê, a patologia é dirigida à mãe por ela ser o maior influenciador do desenvolvimento psíquico do recém-nascido. A depressão materna, por exemplo, implica no bebê um sentimento de perda dele mesmo. Do ponto de vista do bebê, a mãe deprimida, significa a morte de si mesmo. Clinicamente, esse estado de morte psíquica se assemelha ao paciente que sofre e é incapaz de expressar⁴⁶ sua dor.

A mãe, nos primórdios da vida de seu bebê, está profundamente identificada a ele, tentando compreender o que ele está precisando “(...) o êxito no cuidado infantil depende da devoção, e não do ‘jeito’ ou esclarecimento intelectual” (Winnicott, 1975: 25). É essa devoção que permite ao bebê experimentar movimentos espontâneos que, pela própria naturalidade do movimento, mantém o meio ambiente à sua volta despercebido. É nesse ambiente facilitador que o bebê pode experienciar a continuidade do ser. O sentimento de ser verdadeiramente, portanto, precede a idéia de “estar-em-união-com” porque, de acordo com o mesmo, “ainda não houve nada mais, exceto identidade” (1975: 114). Existe, assim, uma identificação primária que se desenvolve e que, somente posterior a essa etapa, podemos pensar em

⁴⁶ Sobre a expressão da dor, a título de curiosidade, devemos ressaltar o estudo sobre clivagem e dissociação psíquica, minuciosamente desenvolvida por autores psicanalíticos contemporâneos. Como, por exemplo, o próprio Winnicott, em seus estudos sobre devaneio, despersonalização, falso self etc. A esse autor, podemos ainda ilustrar com a passagem: “Nenhum tratamento de casos borderline pode achar-se livre de sofrimento, tanto do paciente quanto do terapeuta” (Winnicott, 1967: 156); Bion, ao desenvolver, por exemplo, o processo psíquico implicado na “capacidade para pensar os pensamentos”; Steiner, J., ao descrever os refúgios psíquicos como claustros, onde um poderoso sistema defensivo funciona como suporte de retraimento psíquico, evitando assim, o contato com sofrimento e ansiedade; dentre outras inúmeras considerações e em autores diversos.

identificação projetiva e introjetiva, amplamente difundidas e estudadas por Klein.

Haveria, pois, uma distinção psicológica entre a identificação da mãe com seu bebê e a dependência do neném em relação a ela. Entendemos que a dependência não implica em identificação, fenômeno cuja complexidade ainda está indisponível para o bebê nessa etapa da vida. Dando seqüência a tal raciocínio, Winnicott, comentando Greenacre (1954) afirma que seria “errôneo dizer que o bebê não ninado reage como reagiria a uma frustração. Certamente não haveria raiva, e sim alguma forma de distorção do desenvolvimento numa fase primitiva.” (Winnicott, 1956:400) Em nosso entender, a inexistência do recurso à frustração deixaria seqüelas patológicas nesse período do desenvolvimento emocional.

A fim de confirmar nossa compreensão da obra winnicottinana, remetemo-nos à Souza, segundo o qual, Winnicott suporia que “o trauma no início da vida psíquica é necessariamente impeditivo do desenvolvimento emocional” (Souza, 2003: 129). Dessa forma, podemos asseverar que a frustração está relacionada com a busca pela satisfação pulsional, enquanto que o trauma seria uma privação de cuidados ambientais no início de vida muito precoce do indivíduo, ainda bebê. Essas últimas deixam marcas profundamente graves, verdadeiras mutilações na experiência do ser. Assim sendo, torna-se evidente a indispensável importância do ambiente na constituição psíquica saudável do recém-nascido.

Ao abordar certos aspectos do ambiente, procuramos construir sólidos alicerces que nos levam a considerar um meio que proporciona a estruturação psíquica do bebê; com isso, sentimos que podemos avançar nossos estudos, no que diz respeito à criatividade. Pois, é no contexto da experiência psíquica indiferenciada que a criatividade tem sua origem. Por conseguinte, iremos nos ater à criatividade em seus aspectos culturais e inter-pessoais, a partir de conceitos como o *brincar*, os *objetos* e o *espaço transicional*.

3.4 A criatividade como proposição universal

O viver criativo não está relacionado à uma necessária criação artística bem sucedida, mas sim a todo e qualquer ser humano que mantenha com o mundo externo uma relação ativa e animada: ele é o “colorido de toda a atitude

com relação à realidade externa. É através da apercepção criativa, mais do que qualquer outra coisa, que o indivíduo sente que a vida é digna de ser vivida” (Winnicott, 1971: 95).

O estudo winnicottiano sobre a criatividade incide, portanto, em termos de “viver criativo” como proposição universal do ser humano saudável que é genuinamente capaz de se inclinar, de forma engajada para algo ou para alguma coisa que realiza deliberadamente. Essa proposição relaciona-se ao estar vivo, ao indivíduo e sua relação com a realidade externa.

O impulso criativo, portanto, é algo que pode ser considerado como uma coisa em si, algo naturalmente necessário a um artista na produção de uma obra de arte, mas também algo que se faz presente quando *qualquer* pessoa – bebê, criança, adolescente, adulto ou velho – se inclina de maneira saudável para algo ou realiza deliberadamente alguma coisa, desde uma sujeira com fezes ou o prolongar do ato de chorar como fruição de um som musical. Está presente tanto no viver momento a momento de uma criança retardada que frui o respirar, como na inspiração de um arquiteto ao descobrir subitamente o que deseja construir, e pensa em termos do material a ser utilizado, de modo que seu impulso criativo possa tomar forma e o mundo seja testemunha dele” (Winnicott, 1975: 100).

No fragmento acima, cuja clareza dispensa acréscimos, Winnicott notoriamente distancia-se de quaisquer propostas de estudos sobre a criatividade em termos de ato criativo, ou seja, em termos de feitura de algo que é reverenciado socialmente; para ele, a criatividade se apresenta tanto nessas inspirações indescritíveis, mas, sobretudo, nas experiências simples e genuínas das pessoas, ao se entreterem com alguma coisa ou quando realizam algo.

Ele ressalta que, em doenças psíquicas severas, a criatividade pode atrofiar-se ao ponto de aparentemente não conseguirmos detectar sua existência; contudo, seria errôneo considerarmos que a criatividade pode ser destruída completamente num período precoce do desenvolvimento, à exceção de ações civilizatórias negativas (em contexto de guerra etc.) numa data tardia do crescimento pessoal.

Podemos depreender que, nos casos de patologias extremas, a esperança seria o último elo com a criatividade. Ressaltando que, nesses casos extremos, os indivíduos que sofrem seriam aqueles ainda portadores de esperança e, com isso, a ausência de sofrimento marcaria a perda da percepção do mundo de forma criativa. A patologia, nesse âmbito, é descrita como submissão e inutilidade diante da vida, como despropósito vital. Tais indivíduos

experimentam a sensação de destituição da vitalidade ou, até mesmo, nunca a obtiveram; sua existência é experienciada de forma não criativa, “como se estivessem presos à criatividade de outrem, ou de uma máquina” (Winnicott, 1975: 95).

Ele propõe, então, estudar a carência precoce do viver criativo, por outras palavras, seu interesse recai no prejuízo do ingresso criativo na vida ou nos prejuízos datados da “primeira abordagem criativa dos fenômenos externos”. Nesses casos haveria, pois, uma vida oculta à falsa personalidade – personalidade do tipo “falso self” – em que a criatividade original satisfatória permaneceria existindo, embora mantida em “segredo”. Portanto, nos casos de patologia faz-se necessário conhecer o ambiente em que ela se desenvolveu para avaliarmos o prejuízo ou a precariedade da capacidade criativa. Em diversos casos clínicos de pacientes muito regredidos, o prejuízo da capacidade criativa apresenta-se, muitas vezes, sob a forma de um estado dissociado – “split-off” – da organização do “self”.

Phillips (1988) assevera encontrarmos na obra winnicottiana dois tipos de dissociação da personalidade. Uma seria a dissociação primária, que se relaciona com os estados tranqüilos da experiência, não sendo a dissociação patológica propriamente. Donald nos oferece vários exemplos dessa dissociação primária, nela o fator principal é não haver necessidade de comunicação entre os estados de sonho e aqueles onde o bebê permanece acordado. Em contraposição a segunda dissociação apontada por Phillips seria patológica, ou seja, é uma organização defensiva que traz consigo um prejuízo da potência criativa. A capacidade para o ‘viver criativo’ está, portanto, intrinsecamente relacionada à organização e à formação do “self”.

A seu ver [Winnicott], a criança é espontaneamente criadora, ou seja, potencialmente apta a ver o mundo pela primeira vez, posto que nenhum organismo humano repete outro. Se nada criar empecilhos a esta espontaneidade, ela se desenvolve por si. ‘A criatividade é inerente ao fato de viver’; ‘é uma particularidade da vida e da existência em seu conjunto’. Seu bloqueio ou atrofia é que são acidentes de percurso” (Costa, 2004: 117).

Entendemos que é através do viver criativo que o “self” pode constituir-se, como tal, de forma integrada. Para entendermos esse processo psíquico,

destinado à formação egóica, devemos imergir no território encantado da descoberta/criação do universo próprio ao bebê.

Nesse sentido, estipulamos que o conceito de apercepção criativa, muito nos ajuda a entender esse universo que, do ponto de vista de um observador externo, é inapreensível.

Para isso, devemos brevemente reavivar a importância do *ambiente suficientemente bom* como sendo aquele que, ao mesmo tempo em que atende às necessidades do bebê, capacita o mesmo, em cada etapa – dependência absoluta, relativa e independência – a alcançar as “satisfações, ansiedades e conflitos inatos e pertinentes” (Winnicott,1956:399). Haveria, pois, um privilégio pela etapa inicial da relação mãe-bebê como promotora de um ambiente que serve de suporte, manejo e destina-se a apresentar de objetos ao longo do processo gradual em que o recém-nascido se dirige rumo à independência, executando uma “adaptação ativa”; em outros termos, o ambiente gradualmente pode mostrar-se falho, no decurso do desenvolvimento do lactante, em que o mesmo já possui condições psíquicas internas capazes de suportá-las, sem causar danos ao seu “self”. Phillips (1988) de forma magistral descreve, então, que a confiança surge da experiência de estar sustentado pelo ambiente.

Nesse ponto, entre o incentivo e o impedimento que o ambiente simultaneamente deve ser capaz de proporcionar ao bebê reside, segundo Costa (2004), um dos arabescos encontrados na dinâmica transicional.

Caso o ambiente mantenha seus esforços para o cuidado do bebê este tem, inicialmente, uma experiência onipotente. Essa sensação inicial não deve ser impedida, uma vez que é a partir dela que o bebê poderá ter a experiência do *uso do objeto*, ou seja, a experiência de que o seio não é mais ele e sim um objeto. O bebê, ao se reportar ao objeto, sente que ele é uma invenção própria, criado a partir do seu desejo, sendo pois, um objeto subjetivo. Não há como precisar esse início mas, no nosso entender, ele se dá desde sempre, vigorando no interior dos processos mentais uma complexidade absurda.

Após um dado momento, o bebê olha à sua volta é possível dizer que nesse momento ocorre a apercepção criativa, como uma possibilidade de experiência que antecede a capacidade de verbalização, mas que apreende os mínimos detalhes do contato, embora este contato não seja percebido como tal.

Similar a esse estado, Winnicott se reporta, unicamente, à poesia, por haver aí um estado análogo, denunciado através da interação com o leitor.

Portanto, nesse ensaio lúdico, o que o bebê vê é a própria mãe. Obviamente ele, o bebê, capta todo reflexo que nela se presentifica, sendo através desse contato que ele concebe a si próprio. Ao retratar essa experiência, cuja complexidade se mantém no mais alto grau, percebemos a formação do próprio self e, sobretudo, a capacidade de existir e de se sentir real. “Sentir-se real é mais do que existir; é descobrir um modo de existir como si mesmo, relacionar-se aos objetos como si mesmo e ter um eu (self) para o qual retirar-se, para relaxamento” (Winnicott, 1975: 161).

Em contraposição, o seu oposto patológico, também mantém a complexidade no mais alto grau de abalo do verdadeiro self marcando, com isso, um profundo prejuízo na formação do self e, conseqüentemente, em todo desenvolvimento psíquico do bebê. Em outros termos, caso a mãe reflita seu próprio humor, incapaz de se encantar com seu bebê, o que o bebê veria nesse caso não seria ele mesmo, mas sim, uma precoce percepção da mãe com seu humor próprio. Ao se deparar com a mãe deprimida, extremo exemplo de incapacidade materna de se dirigir para seu bebê, este teria a sensação de atrofia e, até mesmo, de morte do seu sentir-se real. A defesa preeminente do bebê, nesses casos, busca uma precocidade perceptiva, em que os objetos são objetivamente percebidos: o preço pela precoce percepção do mundo é a atrofia na capacidade de se sentir real. A necessidade de previsibilidade dos acontecimentos no bebê acarretará uma ameaça de caos e ele organizará a retirada do seu ser real ou não mais olhará para o exterior, exceto para percebê-lo, como defesa.

A fim de procurar uma boa referência sobre apercepção criativa, remetemo-nos à Abram: a “experiência subjetiva que o bebê tem da sua mãe e do ambiente desde o início” (Abram, 1996: 243). Assim sendo, a apercepção, a nosso ver, é a própria devolução do olhar da mãe ao bebê, reenviando ao bebê uma visão unificada e investida narcisicamente pelo seu olhar. Dessa forma, o bebê pode vir a ter a experiência de onipotência que, num primeiro momento, não deve ser abalada. É através dessa manutenção da ilusão de onipotência e da possibilidade de destruição do objeto na fantasia, que o lactante tem a sensação de permanência da sua continuidade de existência.

É somente a partir da satisfação pulsional que o bebê começa a ter suas representações pois, nas sucessivas satisfações (incluindo a agressividade), o lactante começa, gradativamente, a perceber sua separação do objeto, passando a entendê-lo “objetivamente”. A percepção, portanto, é fundamentalmente marcada pela não existência da devolução do olhar do outro, marcando a diferenciação do sujeito com o outro e suas relações com o meio.

O caminho do desenvolvimento humano seria, assim, da apercepção para a percepção, pois a apercepção constitui a base do desenvolvimento emocional mental do bebê – sentir-se seguro, ter suas necessidades pessoais satisfeitas –, constituindo o verdadeiro self. Embora Winnicott não tenha mencionado, podemos supor que haveria uma percepção inicial⁴⁷ que estaria vinculada ao desenvolvimento fisiológico.

Sob nosso crivo, na saúde, o cuidador ao oferecer uma resposta para o gesto espontâneo do bebê, propicia o desenvolvimento do sentimento de self originário a partir do verdadeiro self; somente posteriormente a isto, ele pode começar a perceber o outro diferenciado, podendo perceber os objetos como externos a ele (não-eu), introduzindo, desse modo, um certo grau de percepção objetiva dos objetos à sua volta. Sob esse ponto, devemos relembrar a ressalva feita por Winnicott sobre a objetividade, afirmando que todo objeto “objetivamente percebido é, por definição, até certo ponto, subjetivamente concebido” (Winnicott, 1975: 96).

Entendemos que, mesmo num grau posterior do desenvolvimento psíquico saudável, os indivíduos já adultos devem manter suas percepções da realidade externa, até certo ponto como um fenômeno subjetivo. A patologia, nesse contexto, é representada tanto nos casos em que há uma captura fiel e inabalável da realidade objetiva – perdendo contacto com o mundo subjetivo e com a abordagem criativa dos fatos –, quanto em casos onde somente há a percepção subjetiva da realidade. Sobre essa realidade subjetiva, vale citar ainda: “no caso extremo, o indivíduo alucina, seja em certos momentos específicos, seja de maneira generalizada. Existem todos os tipos de expressão para designar esse estado (‘tresloucado’, ‘ausente’, ‘cabeça no ar’, ‘irreal’)” (Ibid.: 96).

⁴⁷ Winnicott em (1950-55) descreve que a sensação de realidade advém fundamentalmente de uma raiz motora. Essa consideração pode favorecer nossa hipótese de uma percepção inicial fisiológica, pouco aparente, devido à precariedade de sua fisiologia.

Alucinar não é uma doença em si, ela serve como condutor dos acontecimentos e lembranças diurnas para um estado de sono, de formação onírica e da construção de uma subjetividade representativa de seus sentimentos.

Os fenômenos de despersonalização são decorrentes de processos patológicos desencadeados nessa fase da continuidade do ser. Pelo sobressalto que elas nos evocam, procuramos destacar algumas de suas sintomatologias: “sono profundo”, “os ataques de prostração com palidez cadavérica” e em menor escala, “os amigos imaginários na infância”. Estes últimos, não são simples construções fantasísticas; o destino deles, em análise, mostra-se, por vezes, compondo um outro eu, extremamente primitivo. “Essa criação mágica e muito primitiva do companheiro imaginário é facilmente usada como defesa, na medida em que ela contorna magicamente todas as ansiedades associadas à incorporação, digestão, retenção e expulsão” (Winnicott, 1945: 225).

Assim sendo, podemos afirmar que a genialidade da criação do amigo imaginário comporta, em seu íntimo, uma defesa patológica contra processos de despersonalização. Haveria, portanto, nesses casos, uma necessidade de recuperar seus outros ‘eus’, bem como, parte de seu ‘self’ que não fora suficientemente bem estabelecida. A patologia, dentro do âmbito criativo, leva a problemas de despersonalização, comprometendo, dessa forma, a estruturação do verdadeiro self do indivíduo em formação.

Nesse subitem, procuramos analisar a criatividade como proposição universal, inerente a todo ser vivo que, na saúde, pode estruturar seu self. Os processos de ilusão onipotente e apercepção criativa tornam-se, portanto, fundamentais.

A manutenção do sentimento de confiabilidade ambiental exerce, nessa etapa da vida, mais do que nunca, uma importância crucial. Gradualmente o ser vivo é capaz de experimentar o processo de desilusão, presente no contexto da percepção objetiva dos objetos. Por outras palavras, nesse espaço cuja provisão ambiental exerce total importância na constituição psíquica, podemos perceber a instauração do verdadeiro self e, sobretudo, da sensação de se “estar vivo”, como já havíamos assinalado.

O “estar vivo” ou o “viver criativo” talvez sejam as considerações winnicottianas mais poéticas e fundamentais na constituição psíquica humana.

Dessa forma avançamos nosso estudo, a fim de contextualizar, já num âmbito posterior das relações objetais, a presentificação da experiência criativa no interjogo lúdico da brincadeira e da experiência cultural. Assim sendo, um tópico sobre os objetos e a relação experimentada nesse espaço transicional entre mundo interno e externo faz-se necessária.

3.5 O brincar, os objetos e o espaço transicional

De início, ao introduzirmos o presente capítulo, destacamos um fragmento winnicottiano, por seu caráter esclarecedor e crítico sobre os freqüentes e intermináveis estudos sobre a criação artística. Winnicott nos atenta para o momento indecifrável que marca a ascensão da criação, não se propondo a estudá-lo, e diferindo, nesse sentido, dos outros autores que tentam apreender o momento da emergência do impulso criativo. Por outras palavras, o tema da criatividade, na obra winnicottiana, distingue-se do impulso criativo, assunto comumente privilegiado nos estudos sobre criatividade. Esta é uma primeira distinção importante que deve ser feita: Winnicott não pretende teorizar sobre o ato da criação, pois acredita que tal estudo é improvável devido à impossibilidade de explicar o surgimento do próprio impulso criativo.

Portanto, a criação, na concepção do mesmo, em concordância com o referido fragmento, seria esse espaço que surge na intersecção entre o observador e a criatividade do artista ao executá-la. O referido autor aborda essa dimensão em termos clínicos, priorizando, sobretudo, o espaço intermediário onde a comunicação entre paciente e analista acontece. Em sua obra, talvez a concepção que mais atina para esse espaço encantado, a que a criatividade pode ser conduzida, é a do espaço transicional. Contudo, vale notar que esse espaço somente pode estabelecer-se caso haja um suporte, um espaço que propicie criações, e que é denominado: espaço potencial. Procurando buscar uma boa definição para o espaço potencial, remetemo-nos a Ogden (1996) que diz: “o sujeito que vive, que experiencia, não existe nem na realidade nem na fantasia, mas num espaço potencial entre as duas” (Ogden, 1996: 45).

No espaço potencial, espaço das experiências de vida do bebê, podemos localizar a área da brincadeira. Esse espaço, justificado pelo seu próprio nome, representa as possibilidades exploratórias infinitas. Vale dizer que essa é a

contribuição mais original que Winnicott pôde oferecer ao estudo da natureza humana.

Desse modo, com o estabelecimento de uma relação de confiança é que se torna possível criar uma espécie de “playground” intermediário, ou seja, um espaço potencial entre a mãe e o bebê. Remetemo-nos a uma passagem que demonstra claramente a valorização e respeito concedidos à brincadeira: “A importância do brincar⁴⁸ é sempre a precariedade do interjogo entre a realidade psíquica pessoal e a experiência de controle dos objetos reais” (Winnicott, 1975: 71).

Logo ao nascer, o bebê já está inserido no problema da relação entre o que é objetivamente percebido (realidade externa) e o que é subjetivamente percebido (realidade interna), enquanto ele se mantém num terceiro mundo, o dos objetos transicionais.

Davis & Wallbridge entendem que o termo de realidade interna se desenvolve a partir da fantasia de que o começo da vida consiste numa simples elaboração imaginativa de partes, sensações ou funções somáticas e desprovida de consciência. Essa elaboração faz parte integrante de todo o indivíduo, não podendo jamais ser perdida, considerando-se como fato consumado a existência de self, já nesse estágio. Por conseguinte, em razão do acréscimo de vastas experiências e do desenvolvimento neurológico concomitante, o mundo interno aparece.

“Nós podemos dizer que em todo indivíduo que atinge o estado de unidade (com uma membrana que encobre e delimita um interior e um exterior), existe uma realidade interior – rica ou pobre; em paz ou em conflito” (Davis, 1992: 40). A realidade interna tem estreita ligação com o self, mas não é idêntica a ele. Uma frase de Winnicott permite clarificar essa relação. “O eu central é considerado como uma potência interna que visa uma continuidade de ser e adquire à sua maneira e ao seu ritmo uma realidade psíquica pessoal e um esquema corporal pessoal” (Winnicott in. Davis & Wallbridge, 1992: 40). O núcleo da personalidade permanece isolado e é através da realidade interna que o “eu adquire qualquer coisa que se semelha a uma polpa em volta do coração

⁴⁸ Winnicott (1968) procura estabelecer diferenças entre o brinquedo e o brincar, até que admite em ambos o componente excitante, exatamente pela precariedade que lhes são inerentes, mantendo-os na área intermitente entre o objeto subjetivo e objetivo.

de uma maçã” (Ibid.: 40). A pessoa pode, então ser reconhecida como um indivíduo único.

Davis & Wallbridge (1992) afirmam que o termo *self*, às vezes, ganha conotação na obra winnicottiana, como se recobrisse todos os fenômenos psíquicos. Algo similar ocorre com o termo ‘psíquico’ que, muitas vezes, é empregado como “sinônimo de fantasia e de realidade interna. Essas partes da personalidade inteira estão acessíveis à análise, podendo às vezes, se assemelhar ao *self*” (Ibid.: 40).

Além do “terceiro mundo” do bebê, há a *terceira área*, assim denominada para especificar a experiência cultural, destacando-a como um derivativo da brincadeira. A nosso ver, a terceira área seria mais que um derivado da experiência do brincar, mas sim, sua amplitude conceitual.

Seguindo nesta mesma direção cultural, Thomas Ogden (1998) consigna que, ao ler um poema, haveria “duas vozes agindo uma sobre a outra: a voz do narrador no poema e a voz do leitor vivenciando e declamando o poema” (Ogden, 1998: 586). Dessa forma, anuncia a dificuldade em identificar qual a voz que se ouve ao lê-lo; Ogden concebe uma terceira voz que não é nem a voz ouvida e/ou produzida, nem a voz do poeta, muito menos a do leitor, “mas uma voz nova e única, uma terceira voz que é gerada na conjunção criativa entre leitor e escritor. Nunca dois leitores de um poema criam a mesma voz” (Ibid.: 585).

Gama e Silva (1999) remete-se ao artigo “A filosofia da composição”, de Edgar Allan Poe, em que o poeta assevera que: “na verdade o que vamos ouvir é um conjunto de vozes formadas pela voz de Poe, pela minha própria voz em coro com outras vozes que balizam a minha experiência interior: a voz de Paul Valéry, por exemplo” (Silva, 1990: 119).

No clima melancólico criado sob os escombros do mundo interior causados pela perda de Lenora - evidenciado pela sonoridade e o fatalismo do refrão “never more”. Em “O Corvo”, a criatividade poética de Edgar Allan Poe é posta em ação.

Entendemos, desse modo, que a experiência cultural, assim como o brincar, tem tempo e lugar próprios. “Para controlar o que está fora, há que fazer coisas, não simplesmente pensar ou desejar” (Winnicott, 1975: 75). Para que haja o brincar, é necessário fazer algo e, para isso, há dispêndio de tempo.

Podemos definir o brincar como facilitador do crescimento, promotor de saúde, além de ser o mais importante condutor dos relacionamentos humanos: interpessoais ou de grupo, como ilustramos reavivando a obra de Edgar Allan Poe.

Consideramos que no brincar reside a maior das comunicações entre os seres e nelas incluem-se as atividades sublimatórias. Winnicott interrogando a proposta freudiana sobre o processo sublimatório, afirma:

Freud (...) não encontrou lugar para a experiência das coisas culturais. (...) Freud utilizou a palavra “sublimação” para apontar o caminho a um lugar em que a experiência cultural é significativa, mas talvez não tenha chegado a ponto de nos dizer em que lugar, na mente, se acha a experiência cultural” (Winnicott, 1975: 133).

Em nossa concepção, a experiência cultural é uma ampliação dos fenômenos transicionais e da brincadeira, podendo ser retratada como um depositário das tradições herdadas – intermediário comum da humanidade – onde a mobilização dos indivíduos em prol de um trabalho comum é estabelecida. Em seu viés depositário, torna-se necessário algum método de registro para que ela permaneça existindo, embora seja constantemente reinventada. O citado autor genialmente expõe o paradoxo da invenção/repetição no âmbito cultural, pelo fragmento:

[...] *nenhum campo cultural é possível ser original, exceto numa base de tradição.* Inversamente, aqueles que nos oferecem uma contribuição cultural jamais se repetem, exceto como citação deliberada, sendo o plágio o pecado imperdoável do campo cultural” (Ibid.: 138).

A experiência cultural localiza-se, portanto, numa área intermediária similar ao espaço potencial das brincadeiras⁴⁹, devido às suas múltiplas e intensas possibilidades exploratórias. Por outro viés comparativo, a experiência cultural se assemelha com o paradoxo ausência/presença, contigüidade/continuidade, viver/não-viver, eu/não-eu, a que todos os humanos estão submetidos.

Contudo, valemo-nos da constatação de que a intensidade da experiência cultural pode, assim como, a brincadeira imaginativa do bebê, assumir um

⁴⁹ Devemos distinguir brincadeira de jogo, pois nos jogos há regras pré-estabelecidas, nas brincadeiras, não; nessas últimas, a capacidade inventiva é profundamente aguçada. “A experiência criativa começa com o viver criativo, manifestado primeiramente na brincadeira” (Winnicott, 1975: 139).

caráter doloroso. Afinal, “embora o brincar faça parte da relação de objeto, tudo o que acontece é pessoal ao bebê” (Ibid.: 141).

Ao longo de nossos estudos, percebemos haver uma distinção entre “relação de objeto” e “uso de objeto”. Essa diferenciação merece nossa atenção.

Entendemos que, na relação de objeto, o indivíduo é descrito como ser isolado, particular, capaz de efetuar certas modificações no seu self. Podemos compreendê-lo dentro dos fenômenos individuais e muitas vezes, é considerado em termos de projeções ambientais. É através da maturação do indivíduo que as “relações objetais” podem vir a ser descritas como “uso de objetos”; este, portanto, em contraposição às “relações de objeto”, é percebido, necessariamente como real, dentro do âmbito da realidade externa compartilhada. No uso de objetos não podemos considerá-lo como feixes de projeções, como ocorre na relação de objeto.

No uso, necessariamente se aceita a independência do objeto, conservando sua propriedade de permanecer sempre ali. Portanto, o “uso dos objetos” está associado à capacidade do indivíduo de experimentar o objeto externo. Essa capacidade é algo adquirido posteriormente, no decurso do desenvolvimento psíquico. A fim de ordená-los cronologicamente, entendemos que para que haja o “uso dos objetos”, é necessário ter podido “relacionar-se” com eles, num primeiro momento.

Entendemos que o uso do objeto tece uma nova perspectiva, sobretudo clínica, onde o analista se coloca disponível para que seu paciente faça uso dele. É fundamental notarmos que para haver de fato um “uso”, o indivíduo pôde destruí-lo na fantasia. O uso implica a aceitação de que o objeto está fora de seu controle onipotente, significando com isso, que o objeto pode ser percebido como um fenômeno, uma entidade externa e não uma entidade projetiva, como no caso da relação de objeto. Após o “relacionar-se com’ o objeto, temos ‘o sujeito destrói o objeto’ (quando se torna externo), e, então, podemos ter ‘o objeto sobrevive à destruição pelo sujeito’” (Winnicott, 1975: 126). Todavia, é exatamente pela capacidade de destruição do objeto na fantasia que o indivíduo pode colocá-lo fora da área onipotente. Por outros termos, é somente pela sobrevivência do objeto destruído na fantasia que o indivíduo pode de fato “viver uma vida no mundo dos objetos”. O preço a ser pago por essa transição é a percepção do objeto enquanto um objeto objetivo, externo a si mesmo, bem

como, a perda da ilusão onipotente. Percebemos ser esse um ponto de grande empecilho observável, sobretudo, clinicamente.

Após nos termos debruçado sobre o espaço em que a criação ocorre, devemos focalizar nossa atenção na qualidade do objeto que vem a ser intitulado transicional.

Os objetos e fenômenos transicionais têm íntima relação com a área da ilusão, já vista anteriormente. A constatação da primeira possessão não-eu, adotada por um bebê, exerce grande importância para o mesmo, além de ser facilmente confirmada pelos pais da criança. “Ele [Winnicott] faz remontar as formas originais muito primitivas da relação do jogo” (Davis & Wallbridge, 1992: 60).

Sobretudo não questionemos jamais se o objeto é interno ou externo, o paradoxo deve ser mantido. “(...) nunca formulemos a pergunta: ‘Você concebeu isso ou lhe foi apresentado a partir do exterior?’ O importante é que não se espere decisão alguma sobre esse ponto.” (Winnicott, 1975: 28).

O bebê saudável faz uso de um objeto por ele escolhido a fim de auxiliá-lo na passagem da ilusão à desilusão; a esse objeto denominamos de objeto transicional. Ele é a primeira possessão não-eu do bebê, encontra-se numa área intermediária entre objeto subjetivamente percebido e o objetivamente percebido; este paradoxo de que não é um objeto interno nem externo deve ser mantido e não resolvido. “O objeto transicional jamais está sob controle mágico, como o objeto interno, nem tampouco fora de controle, como a mãe real” (Winnicott, 1975: 24). Em concordância com Costa (2004) podemos dizer que o objeto transicional é um híbrido entre objetividade e subjetividade. Por ser uma posse não faz parte da realidade interna, todavia, também não é um objeto externo.

O objeto transicional substitui o seio, ou o objeto da primeira relação; ele é adotado pelo lactante – em oposição à experiência de criação de um objeto, marca da ilusão onipotente – servindo como acalmador⁵⁰ para o bebê. Embora o objeto transicional seja adotado⁵¹ e não criado, ele mantém-se, de certa forma,

⁵⁰ No decurso natural do desenvolvimento da criança, o objeto transicional é destinado ao ‘limbo’.

⁵¹ Nesse ponto do primeiro objeto substituto, encontra-se o início da formação de símbolos significativos, aqueles que expressam união entre mãe-bebê. Esse é um fator importante para a confiabilidade do ambiente, mas também para os processos de pensamento etc. Sobre a importância do símbolo no processo de pensamento, Winnicott (1968) considera que o pensar atua

pertencente à área ilusória – aquilo que ele cria existe realmente na realidade – porque é exatamente nesse âmbito que reside a base de toda experiência psíquica.

A relação com o objeto transicional representa a primeira confrontação total do bebê com a alteridade irreduzível da realidade do mundo fora dele mesmo; mas paradoxalmente, essa confrontação “total” como real torna-se possível devido ao fato de que o objeto transicional nunca deixa de ser a criação do bebê, um reflexo dele mesmo no mundo (Ogden, 1996: 50).

Na tentativa de compreender como o bebê passa a perceber os objetos à sua volta, devemos retroativamente pensar, que antes de uma determinada data, essa capacidade ainda não lhe era possível. Na fase da dependência absoluta, ou quase absoluta, do meio, não é possível considerar a vida infantil sem o ambiente à sua volta: “não podemos descrever o bebê sem descrever o meio ambiente” (Winnicott, 1969: 197).

Nesse espaço em que eu e não-eu estão fundidos, o bebê ainda não dispõe de recursos para perceber o objeto separado de si mesmo, portanto, é nessa etapa que podemos afirmar que, para o bebê saudável, todo objeto é um objeto “descoberto” e, se houver oportunidade – propiciada pelo ambiente facilitador – o lactante começa a viver criativamente e a usar os objetos reais. “O objeto objetivamente percebido é uma criação que só é criação porque algo existe para ser criado ‘como objetivo’” (Costa, 2004: 117).

Esses objetos podem vir a ser substituídos, possibilitando ao bebê encontrar, fora do ‘self’, objetos que o satisfaçam e, gradualmente, podem vir a ser percebidos de fato. Portanto, podemos afirmar que é através dos objetos subjetivos que uma integração do “self” pode estabelecer-se. A idéia de um “self” e a sensação de real são originárias do sentimento de possuir uma identidade, esta, por sua vez, pode ser estruturada caso haja um ambiente suficientemente bom.

O uso do objeto transicional pode ser estabelecido, se e somente se o objeto interno permanecer “vivo”, “real” e “suficientemente bom”. Para que o objeto interno sobreviva, por conseguinte, ele precisa estar em relação às

como substituto do cuidado materno, desenvolvendo um falso self sob a forma de intelecto. O pensar, portanto, é uma maneira gradual de o bebê lidar com o fracasso da adaptação materna às suas necessidades. Sobre o intelecto, todavia, não se pode dizer que “(...) nele, saúde seja maturidade, e maturidade seja saúde” (Winnicott, 1990: 32).

qualidades de: existência, vitalidade e comportamento do objeto externo. A permanência do objeto transicional é fundamental para a constituição psíquica da criança, contudo o fracasso do próprio objeto ou sob alguma dessas funções essenciais leva o objeto transicional diretamente à morte, ou a uma “qualidade persecutória do objeto” (Winnicott, 1975: 24). Ele acrescenta que o objeto interno é o próprio objeto desejante, mas também é um representante⁵² do mesmo. “Após a persistência da inadequação do objeto externo, o objeto interno deixa de ter sentido para o bebê, e então – e somente então – o objeto transicional também fica sem sentido” (Ibid.: 24).

O mesmo autor é bem específico ao afirmar que a existência dos objetos transicionais não é um fenômeno raro; ele garante também que, na história clínica, pode-se encontrar algo importante que diz respeito à presença ou ausência destes objetos.

Entendemos que os objetos e fenômenos transicionais marcam o modo pelo qual o ambiente se porta para uma dada criança; sob essa égide, Winnicott rege seu estudo, bem como seu trabalho clínico. Por outras palavras, ao ambiente é dado o valor de cuidador; por isso, toda implicação que o ambiente gera no indivíduo deve ser valorada. “Se a dependência realmente significa dependência, então a história de um bebê individualmente não pode ser escrita apenas em termos do bebê. Tem de ser escrita também em termos da provisão ambiental que atende a dependência ou que nisso fracassa” (Winnicott, 1975: 102).

Procurando confirmar a influência temporal dos objetos sobre a continuidade do ser, reavivamos certas descobertas que dizem respeito à possibilidade reparadora do bebê. O trauma, nesse âmbito, é descrito pela transposição da capacidade do bebê em suportar a ausência do cuidador; em outros termos, a ausência do cuidador é sentida pelo bebê de forma traumática quando o limite do suportável é ultrapassado. Nesse caso patológico, não há possibilidade reparadora, havendo, pois, uma ruptura do sentimento de continuidade do ser e, portanto, uma fratura do viver criativo. Sobre esse aspecto, Winnicott procura alertar as mães a protegerem seus bebês de uma possível ruptura na continuidade do ser.

⁵² Não iremos abordar tal assunto.

Desse modo, podemos afirmar que a capacidade do bebê para o viver criativo ocorre quando o mesmo pode internalizar os cuidados maternos da sua terna infância, mais especificamente, internalizar a sensação de indiferenciação e confiabilidade no meio.

Essa sensação de fusão eu-mundo, que está no berço do brincar, das experiências culturais e da criatividade, gera no bebê a possibilidade de integração de sua personalidade. “É no brincar, e somente no brincar, que o indivíduo, criança ou adulto, pode ser criativo e utilizar sua personalidade integral: e é somente sendo criativo que o indivíduo descobre o eu (*self*)” (Winnicott, 1975: 80). O brincar, portanto, possibilita a comunicação criativa, que é um aspecto da vida e do viver total.

Segundo nossas leituras, podemos aferir, portanto, que a experiência do brincar, bem como, a do simbolizar⁵³ precede as palavras. Nesse ponto, Winnicott critica a verbalização como método psicanalítico, indo de encontro ao tratamento clássico psiconeurótico. Partindo de sua constatação clínica, sobretudo, nos casos mais regredidos – maciça maioria de seus pacientes – ele propõe que o brincar é naturalmente terapêutico, devendo ser um tema em si mesmo, sem que importe, portanto, o conteúdo da brincadeira, tão comumente valorizada, sobretudo, no contexto da psicanálise infantil.

A fim de ilustrar o espaço transicional – espaço entre a fantasia e a realidade e ao mesmo tempo fora dos dois – no campo das artes, remetemo-nos à Shwab (1999) que, ao se debruçar sobre a experiência estética, afirma que esta age sobre o leitor, produzindo nele a atividade de “realizar a leitura mais como um ato de recriação que de percepção”.

Assegurar o brincar, como tema em si mesmo, significa desviar a atenção recorrente ao conteúdo que dele nos é fornecido. Ao descrevermos o brincar, descrevemos, pois, devido à sua semelhança, o espaço transicional que, por sua vez, é ampliado pelo espaço das experiências culturais.

Ao anunciar a precariedade da brincadeira, entendemos que Winnicott aponta para uma tênue linha teórica entre o controle mágico e a realidade dos objetos dados. Ao destacar que o brincar deve ser considerado um tema em si, ele ergue o estatuto da brincadeira, desvencilhando-o, dessa forma, de seus

⁵³ Não iremos nos ater a esse tema, procuramos citá-lo apenas, para fins ilustrativos.

conteúdos, amplamente valorados pelos psicanalistas. A brincadeira, além disso, mantém nela um grande acréscimo ao conceito de sublimação. Pois, quando a criança brinca, ela está falando muito mais do que poderia verbalmente, está seriamente entretida e seus impulsos pulsionais estão direcionados para o brincar.

Lins & Luz (1998) descrevem a área das experiências culturais como uma terceira área, a do espaço compartilhado. Facilitada pelos fenômenos transicionais expressos na zona da ilusão, essa área se instaura na passagem de um funcionamento psíquico regido pelo princípio de prazer para o domínio cada vez mais amplo do princípio de realidade.

No domínio do viver criativo, corremos o risco de registrar as experiências culturais e os ímpetos artísticos como expressões do viver criativo. Portanto, faz-se necessário, analisar as diferenças marcadamente presentes na criação como experiência do viver criativo e a criação como busca pela demarcação do “self”.

O ímpeto artístico, quando se propõe a uma busca da apercepção criativa, está fadado ao fracasso. “A busca do eu (self) em termos do que pode ser feito com produtos excremenciais constitui uma busca fadada a ser interminável e essencialmente mal sucedida” (Winnicott, 1975: 80). Ou seja, a produção concreta de algo na realidade embora, muitas vezes, possa ser admirada pela sua beleza, impacto etc., não significa que o sujeito tenha consigo um ‘self’ integrado. Por exemplo: um artista bem sucedido produz algo valioso artisticamente; apesar disso, pode ter fracassado na sua busca pelo ‘eu’ que procura.

O ‘eu’ não pode ser encontrado pelo que é construído com produtos do corpo ou mente. Se o artista estiver buscando o “eu” por qualquer via de expressão, significa dizer que já houve um fracasso no campo do viver geral criativo. “A criação acabada nunca remedia a falta subjacente do sentimento do eu (self)” (Winnicott, 1975: 81). Ou seja, a criação não consegue corrigir a falta que está por baixo do sentimento do Eu – falta do viver real criativo.

Notamos, portanto, que as áreas da experiência que procuram incessantemente reatar uma integração do “self” são destinadas ao fracasso, uma vez que o viver criativo é uma proposição que deve ter sido estabelecida nos primórdios da vida psíquica e não posteriormente. Contudo, não queremos dizer

que, em todas as obras e artistas, esse processo se dê dessa mesma forma. Pode, ao contrário, ser uma expressão, simplesmente, de que ali existe um “self” integrado.

Ao longo do capítulo, procuramos discernir o impulso criativo da proposição universal: “viver criativo”. Avistamos na obra winnicottiana – e daí, as constantes citações –, a construção de um novo paradigma, sobretudo pela apreensão do enfoque do bebê na sua experiência vital. Entendemos que a organização psíquica se estrutura fora do âmbito defensivo – descrita nos capítulos anteriores. Nessa nova perspectiva, recusamos o conflito psíquico humano, logo ao nascer, bem como todas as variações que dele derivam, no âmbito defensivo. Assim sendo, somos levados a crer que, no início da vida psíquica, não há necessidade do bebê defender-se contra nada nem ninguém, até porque não existe ainda um não-eu separado dele mesmo. Contudo, vale notar, para que esse processo ocorra satisfatoriamente, que devemos sempre nos reportar às condições ambientais suficientemente boas.

Ao considerarmos o enfoque do bebê na sua experiência vital, inovadoramente, somos remetidos a um viés da experiência muito mais próximo das sensações apreendidas pelo bebê. Debruçamo-nos, portanto, sobre complexas e arcaicas organizações psíquicas, dentre elas, a própria organização egóica.

Procuramos estabelecer, ao longo deste capítulo, relações e distinções entre o viver criativo e o viver propriamente dito. Para isso, nos voltamos para diversos aspectos da experiência psíquica do indivíduo, na maioria das vezes ainda em estágio precoce de maturação; algumas patologias foram assinaladas a fim de esclarecer quaisquer dúvidas sobre as etapas e processos envolvidos no desenvolvimento psíquico do bebê. Por conseguinte, ativemo-nos à criatividade em seus aspectos culturais e inter-pessoais. Nessa etapa, certos conceitos mereceram atenção, tais como: o brincar, os objetos e o espaço transicional. Foi nesse âmbito das relações objetais que a afetação do íntimo registro do viver criativo sobre as áreas da experiência pôde ser apreendida.